



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

GABINETO
GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0061
SEMANTAL

Directora - Tónia Macúcuca | Editor - Mendes José | 09 de Julho 2014 | Distribuição Gratuita

PR Guebuza reitera realização de eleições em Outubro



• pag. 2

Governo encerra Universidade Índico



• pag 3

Médicos chamados a contribuir para o bem-estar da população



• pag 14

Trabalhar no distrito requinta-se cedo para os desafios da vida



• pag. 15

PR Guebuza reitera realização de eleições em Outubro

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Conselho de Estado, reunido, esta segunda-feira, na capital do país, Maputo, analisou a situação política, económica e social do país, particularmente o diálogo entre o Governo e a Renamo e reiterou a realização de eleições gerais, legislativas e provinciais em Outubro próximo.

“O processo de preparação das eleições decorre a bom ritmo e é irreversível; nós teremos as eleições gerais, legislativas e provinciais no próximo dia 15 de Outubro”, disse o porta-voz do Presidente da República, Edson Macuácuca, falando à imprensa após o Conselho de Estado.

Quanto às exigências da Renamo, o porta-voz do Presidente da República explicou, por outro lado, que o executivo tem vindo a ceder aos interesses deste partido da oposição, na sequência do diálogo em curso com o Governo.

Macuácuca apontou igualmente que os conselheiros encorajam o Chefe do Estado a continuar a privilegiar o diálogo, em busca da paz, reafirmando, por isso, o posicionamento do Presidente da República



PR Guebuza dirigindo o Conselho de Estado

de que a alternativa à paz é a própria paz.

Os membros do Conselho de Estado apelam, entretanto, a Renamo a pôr fim aos ataques que causam medo, mortes e dor, devendo optar pelo caminho de diálogo e participar no processo democrático.

Por outro lado, Edson Macuácuca explicou

que o Chefe do Estado tem vindo a realizar presidência aberta pelo país, que constitui oportunidade para agradecer a população pelo apoio durante o seu mandato, bem como para auscultar as suas ideias para melhor a governação.

Neste contexto, Macuácuca disse à imprensa que o Presidente da República realiza, a partir desta quarta-feira, presidência aberta e inclusiva na província de Sofala.

PM apela à gestão transparente de instituições públicas

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, defende ser fundamental que os dirigentes de instituições do Estado promovam uma gestão correcta e transparente dos recursos humanos, materiais e financeiros, para garantir qualidade e eficiência na administração da 'Coisa Pública'.

O governante discursava na cerimónia de empossamento do Secretário Permanente do Ministério da Cultura, Augusto Santos Simão, director geral do Instituto Nacional do Turismo (INATUR) e do director geral da Administração Nacional das Áreas de Conservação.

Deixando recomendações aos empossados, Vaquina reiterou que a cultura é um instrumento fundamental para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, factor indispensável para a continuação da construção do país, daí que o Secretário Permanente deve empenhar-se no crescimento deste sector.

“A cultura, como elemento de identidade, unidade e coesão, é um instrumento de formação da consciência patriótica, de reforço da unidade nacional, de exaltação da moçambicanidade e de promoção da melhoria da qualidade de vida do cidadão”, apontou o dirigente.

O Primeiro-Ministro instou o empossado do sector da cultura a assegurar a coordenação e controlo das decisões do governo, a gestão correcta e transparente

dos recursos financeiros e materiais do Estado, garantir os direitos dos funcionários e agentes do Estado, bem como a assegurar que os expedientes sejam devidamente encaminhados.

Vaquina disse ser importante que o director geral do INATUR promova a imagem do país através de produtos turísticos e formação de profissionais para o sector.

“O INATUR deve apoiar na formação de quadros para o sector, promover a projecção internacional da imagem positiva de Moçambique como destino turístico de classe mundial, criar novos produtos turísticos através da dinamização de projectos em zonas de interesse turístico”, explicou Vaquina, acrescentando que a marca 'Moçambique' deve ser promovida a partir de plataformas de comunicação de forma a manter o país como destino turístico preferencial em África e no mundo.

Quanto ao director geral da Administração das Áreas de Conservação, o Primeiro-Ministro apontou que os parques e reservas são elementos-chave para o desenvolvimento integrado do país pois garantem a manutenção dos sistemas ecológicos que são responsáveis pela produção de bens essenciais à vida e ao desenvolvimento”, devendo, por isso, o empossado garantir uma gestão correcta da diversidade e investir na educação e consciencialização das comunidades para



Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina

o respeito e preservação da natureza. Assegurou, na sua intervenção, que o governo pretende modernizar e actualizar o quadro institucional da conservação da biodiversidade como forma de materializar esses objectivos.

Na sua intervenção, o Secretário Permanente do Ministério da Cultura, Augusto Santos Simão, afirmou estar pronto a responder aos desafios que foram colocados, através da criação de condições para responder às exigências do sector.

“Iremos trabalhar no sentido de criar condições de gestão transparente olhando para as funções de secretário permanente, sejam elas, uma gestão de recursos humanos, financeiros e materiais”, afirmou o empossado.

Por não exercer as suas actividades

Governo encerra Universidade Índico

O executivo moçambicano cancelou o alvará de funcionamento da Universidade Índico, dado que após a sua atribuição, a entidade não deu início à actividade de ensino prevista no Decreto da sua criação aprovado pelo Conselho de Ministros.

Falando a jornalistas, o porta-voz do governo, Alberto Nkutumula, explicou que o encerramento da Universidade Índico deve-se ao facto desta não ter aberto as portas para leccionar os cursos apresentados, conforme o pedido e aprovação por Decreto em 2008.

“No ano de 2008, o governo aprovou, por Decreto, a criação da Universidade Índico, sendo que o Decreto 48/2010, no seu artigo 26, refere que as instituições que tenham alvará e, durante dois anos consecutivos, não exerçam a sua actividade terão o respectivo alvará cancelado”, sublinhou Alberto Nkutumula. Desde o ano da sua criação até ao momento, aquela universidade não desenvolveu as suas actividades académicas, apesar de terem sido feitas diligências na tentativa de persuadir a entidade a dar início às actividades previstas.

“Passados quase seis anos, o Conselho de Ministros tomou a decisão de encerrar a Universidade Índico”, acrescentou Nkutumula.

Ainda na sessão desta terça-feira, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto que autoriza a Igreja Metodista Unida de Moçambique a criar a Universidade Metodista Unida de Moçambique (UNUM). Alberto Nkutumula explicou que a instituição terá sede na localidade de Cambine, distrito de Morrumbene, província de Inhambane e tem como visão contribuir para a educação e formação dos cidadãos, reforçando a actual capacidade do ensino superior público e privado.

A instituição poderá ter delegações no território nacional e irá ministrar cursos de licenciatura, pós-graduação e especialização.

O porta-voz do governo disse à imprensa que o Conselho de Ministros aprovou igualmente um Decreto que autoriza o Instituto Africano de Promoção da Educação à Distância a criar um Instituto Superior de Educação à distância (ISCED). Trata-se de uma entidade com sede na cidade da Beira, província de Sofala, que poderá ter delegações em qualquer ponto do território nacional.

“As pessoas não precisaram de sair de casa para poderem ter acesso ao ensino, uma vez que o mesmo será ministrado à distância”, explicou o porta-voz.

Moçambique conta com um juiz no Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos

O governo moçambicano propôs a



Porta-voz do Governo, Alberto Nkutumula

candidatura do Procurador-geral da República Adjunto, Ângelo Matusse, para membro do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.

Segundo Alberto Nkutumula, a eleição do juiz foi à base de uma votação onde participaram cinquenta e três países, dos quais vinte e nove votaram a favor do Procurador-geral Adjunto ao cargo de juiz no Tribunal Africano.

Outros temas abordados:

O Relatório da Visita de Estado de Sua Excelência Armando Guebuza, Presidente da República de Moçambique, à República Portuguesa, de 01 a 02 de Julho de 2014;

O Relatório da delegação moçambicana dirigida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, que participou na XXIII Cimeira dos Chefes do Governo da União Africana, que teve lugar em Malabo, na Guiné-Equatorial, de 26 a 27 de Junho de 2014;

O Decreto que estabelece o Regime Jurídico das Contravenções Aeronáuticas. O Regime atribui ao Órgão Regulador Aeronáutico competências que lhe permitam assegurar o cumprimento das condições de segurança da aviação civil e do transporte aéreo por todos os seus intervenientes, por forma a garantir níveis de actuação eficazes;

A Resolução que reconduz Guilherme Luís Mavila à função de Presidente do Conselho de Administração da Administração do Conselho Nacional de Electricidade (CNELEC).

O Conselho de Ministros desta terça-feira apreciou ainda informações sobre o diálogo entre o Governo e a Renamo, o Processo Eleitoral; as instituições de formação sob tutela dos Ministérios e o movimento de navios e carga nos portos.

Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuá - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro
MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

Leia o Portal do Governo:

www.portaldogoverno.gov.mz

Conferência sobre negócios na África Austral e Oriental

Governo assume criação de ambiente de negócios

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O executivo moçambicano continua empenhado na criação de condições para melhorar o ambiente de negócios, no país, através da aprovação de instrumentos que simplificam os procedimentos para o licenciamento de actividades económicas.

Segundo o Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, as reformas representam o compromisso do governo de melhorar o ambiente de negócios, criar emprego, desenvolver iniciativas privadas, aumentar a colecta de impostos com o objectivo de melhorar as condições de vida dos moçambicanos e desenvolver a economia nacional.

Neste âmbito, o dirigente apontou a aprovação do Regulamento do Licenciamento Simplificado, que reduziu em 80 por cento os custos deste processo, procedimentos e tempo para a criação e licenciamento de empresas, bem como a criação de formulário único que contém seis actos administrativos, num documento



Participantes da conferência

unificado.

O Primeiro-Ministro falava na conferência sobre o ambiente de negócios na África Austral e Oriental, realizada recentemente na capital do país, Maputo, com o objectivo de partilhar experiências sobre as reformas efectuadas na área de

negócios.

O encontro juntou representantes de 25 países da África Austral e Oriental, para, igualmente, incentivar a investimentos e actividades das pequenas e médias empresas.

MINED capacita técnicos

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Ministério da Educação está a capacitar profissionais em matérias de novas tecnologias e metodologias de gestão do Programa Acelerado de Infra-estruturas Escolares, com o objectivo de responder aos desafios que o sector enfrenta.

Um comunicado de imprensa recebido no 'Jornal Moçambique' indica que a capacitação engloba temas como a análise e generalização de experiências positivas na implementação de programas, construção de infra-estruturas escolares com materiais não convencionais, pagamento de custos de obras em fases de referência e acompanhamento sistemático das obras. Em paralelo à capacitação, o sector da educação vai divulgar os resultados da análise comparativa das Direcções Provinciais da Educação e Cultura e da análise funcional de programas, realizadas através de uma consultoria de gestão, assim como vai elaborar planos de acção provinciais de acordo com as análises e boas práticas verificadas. O documento indica igualmente que

capacitação deverá doptar os técnicos provinciais de conhecimentos ligados à gestão de programas, através da aplicação das novas tecnologias de informação e comunicação e novas metodologias de planificação e monitoria, para melhorar a planificação das actividades do sector, melhorar o rendimento dos programas de construções escolares descentralizados e acelerar o processo da sua implementação. Participam, na capacitação, coordenadores provinciais do Programa de Construção Acelerada de Infra-estruturas Escolares, chefes das unidades provinciais de Construções Escolares,



directores provinciais de Educação e Cultura, bem como técnicos do MINED a nível central e parceiros envolvidos no processo de construções escolares.

Geo-Portal do MINED facilita a gestão e monitoria da rede escolar nacional

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

Catorze anos depois da aprovação da Política Nacional de Informática, Moçambique evoluiu significativamente quanto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O Ministério da Educação é um exemplo disso. “O Geo-Portal, uma representação geográfica da Carta do Sistema Nacional de Educação, que vem evoluindo desde 1996, visualiza fotográfica, infra-estrutural e geograficamente o estágio das 17.399 escolas de todos os níveis, nos seus quatro pontos cardeais. Na região da África Austral (SADC), ainda somos os únicos com um Geo-Portal Escolar desta dimensão, por isso é elogiado e cobiçado”, diz Kauxique Maganial, assessor do Ministro da Educação para área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O ‘Jornal Moçambique’ ficou a saber do Geo-Portal Escolar em Abril último, quando decorria, na capital moçambicana, Maputo, a VIII reunião dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Parte dos participantes estava concentrada diante de um painel, ali montando. Entre gestos, acenos, apertos de mão, em sinal de aprovação e elogio de algo.

O painel em causa exibia as características da rede escolar moçambicana: tipo de escolas, incluindo as que ainda funcionam debaixo das árvores, material de construção, localização geográfica, número de alunos e professores por sexos. Era a exposição do Geo-Portal Escolar moçambicano, a ser exibido aos especialistas de educação, membros da CPLP: intenção, alcance e vantagens do instrumento.

A articulista deste artigo estudou na escola primária de Pembe, a 32 quilómetros da vila-sede de Homoine em Inhambane. A escola foi exibida nitidamente na tela, com todas as características e infra-estruturas á volta. “O sistema de carta escolar ou Geo-Portal da Educação permite visualizar todas as escolas do país, maioritariamente primárias do primeiro grau ou EP1 e, a partir daí, fazer-se o devido acompanhamento, gestão e monitoria”, explicou Kauxique Maganial, responsável pela concepção do instrumento e assessor do Ministro moçambicano da Educação, Augusto Jone.

Em fotografia espacial, o Geo-Portal espelha claramente o tipo de escola, construída com material convencional ou precário, se está debaixo de uma secular e frondosa árvore, tipo de infra-estruturas que comporta, a exemplo urinóis, cantinas escolares, postos de primeiros socorros, número de carteiras, alunos por professor, numa estatística devidamente elaborada e organizada.



Assessor do Ministro da Educação para a área das Tecnologias de Informação e Comunicação, Kauxique Maganial

São múltiplas as vantagens que o mapa escolar oferece aos gestores do Sistema Nacional de Educação, nomeadamente a facilidade de acompanhar, controlar e avaliar, à distância, o nível das obras e coordenar com os fiscais sobre a qualidade do trabalho executado através de um mecanismo “on-line” ao qual qualquer cidadão pode ter acesso, bastando accionar o perfil.

Outra importância do Geo-Portal ou mapa escolar, apontado por Kauxique Maganial, é que em tempos de desastres naturais, como inundações, o instrumento ajuda os gestores a promoverem planos de protecção da comunidade escolar, no seu todo, aliás, é ter representadas todas 17.399 escolas numa micro-tela de um computador e com a possibilidade de ver, programar e corrigir todas as situações em tempo útil.

Através do Geo-Portal é possível perceber que grande parte das escolas, a todos os níveis, situa-se na zona do litoral, dado o desenvolvimento económico e social, típico dessas regiões.

Efectiva-se, assim, um dos primordiais objectivos da Política Nacional de Informática aprovada pelo Governo de Moçambique em 2000, que se traduz, entre outras questões, em maximizar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramenta de apoio ao processo de disseminação do conhecimento científico nas diferentes áreas, para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

Aconselhável é que todas as instituições do Estado, e não só, privilegiem o uso de Geo-Portais, pois permite o cruzamento de informação sobre a construção de infra-estruturas e canalização de muitos mais serviços básicos para as

comunidades rurais.

O Ministério da Educação vai capacitar, a nível nacional, o corpo de gestores do Sistema Nacional de Educação, para conhecerem e dominarem a plataforma e, daí poderem introduzir a informação desejada, produzir mapas temáticos, indicando o número de professores, alunos por sexo, infra-estruturas e todo um conjunto de características inerentes à rede escolar nacional, de acordo com a essência do instrumento.

“O Geo-Portal é um sistema estatístico dinâmico, organizado e actualizado nos meses de Março e Dezembro de cada ano. É fortemente elogiado pelos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Kauxique Maganial apontou, entretanto, como constrangimentos da área que dirige, a exiguidade de fundos para responder aos desafios do sector, pois mais de 90 por cento do orçamento alocado ao Ministério da Educação garante somente o pagamento do salário dos professores, suporte dos programas de construção de novas escolas ou salas de aula, aquisição de livros gratuitos do ensino primário, apetrechamento das bibliotecas do ensino secundário geral, viaturas e outro equipamento para o apoio directo, assegurado por fundos externos.



ELEIÇÃO PRESIDENCIAL: Nhamayábuè dá luz verde a Nyusi

Texto: Jornal Notícias

A vila municipal de Nhamayábuè, no distrito de Mutarara, em Tete, deu, esta segunda-feira, luz verde ao candidato presidencial da Frelimo, Filipe Nyusi, para avançar rumo às eleições gerais de 15 de Outubro, com a certeza de vitória.

A luz foi acesa no decurso de um encontro que o candidato presidencial orientou naquela autarquia, no quadro da sua apresentação pública, como aspirante da Frelimo à Ponta Vermelha.

“Posso avançar?” – Perguntou o candidato, ao que a população respondeu: “avança”.

Filipe Nyusi agradeceu o encorajamento popular e afirmou estar pronto para trabalhar em prol do bem-estar de todos os moçambicanos. Disse que gostaria de assumir o desafio de dirigir o país num ambiente de paz, condenando, conseqüentemente, os ataques armados que têm sido levados a cabo por determinados sectores, com ambição de alcançar o poder a qualquer preço.

O candidato presidencial pediu a união e coesão da população de Mutarara, de Tete e do país, em geral, afirmando que esta é a condição essencial para dar prosseguimento aos ideais da Frelimo, atinentes à criação do bem-estar dos moçambicanos. Afirmou estar pronto para defender a independência nacional, consolidar a unidade e dar prosseguimento aos projectos de desenvolvimento.

Falando especificamente de Tete, Filipe Nyusi indicou que a província reúne condições para prosperar, bastando, para o efeito, apostar no trabalho. Disse que a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, que acaba de se reverter a favor dos moçambicanos, o carvão de Moatize, as ricas terras da província, entre outros empreendimentos podem ser explorados para o desenvolvimento de Tete.

Sublinhou que pretende impulsionar o desenvolvimento de Tete, em particular, melhorando as vias de acesso às zonas do interior, alargando a rede de abastecimento de água e de electricidade, bem como criando



Filipe Nyusi, candidato da Frelimo às eleições presidenciais de 15 de Outubro

postos de trabalho e privilegiando a agricultura mecanizada.

Filipe Nyusi foi apresentado aos residentes daquele município pelo membro da Comissão Política, Cadmiel Muthemba, como candidato da Frelimo e de todos os moçambicanos, afirmando que o mesmo reúne requisitos para dar continuidade aos ideais da Frelimo. Disse que Nyusi tem longa experiência de amor ao povo, pois, aos 14 anos ingressou na FRELIMO e estudou com a intenção de servir os moçambicanos.

“Ele assumiu bem esse ensinamento. A 25 de Junho de 1975 integrou um grupo de continuadores para abrilhantar a celebração da independência nacional no Estádio da Machava. Continuou com os estudos dentro do país, sempre pensando em servir o povo moçambicano. Fez o ensino secundário em Mariri, fez outros níveis na Beira, onde foi professor e, em Maputo, na Universidade Eduardo Mondlane”, disse Muthemba, acrescentando que o Governo da Frelimo notou, nele, um grande carácter e deu-lhe uma bolsa de estudos para a Checoslováquia de onde voltou engenheiro.

Cadmiel Muthemba referiu que Nyusi foi, depois, trabalhar na empresa

Caminhos de Ferro de Moçambique, onde revelou capacidade de chefe e de dirigente. Assumiu a função de director executivo da zona norte, em Nampula. Depois foi a Maputo como administrador e, mais tarde, indicado Ministro da Defesa Nacional.

“São estes e outros atributos que fazem de Filipe Nyusi o candidato certo para dar continuidade à liderança do país”, concluiu o membro da Comissão política da Frelimo.

Ainda esta segunda-feira, o candidato da Frelimo reuniu-se igualmente com líderes comunitários e religiosos de Nhamayábuè, a quem apresentou as suas linhas de governação para os dois sectores sociais, caso ganhe as eleições presidenciais.

O candidato da Frelimo trabalhou, esta terça-feira, no distrito de Moatize, onde esteve reunido com organizações sociais do partido e orientou um comício, que marcou o fim da sua visita de trabalho à província de Tete.



Comunicado de Imprensa



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE DIÁLOGO ENTRE O GOVERNO E A RENAMO

I. ANTECEDENTES

1.1. Audiências com a PGR, MIJUS e MINT em 2005

• Em 2005 o presidente da Renamo, a seu pedido, foi recebido em audiências pelo PGR, MIJUS e MINT, tendo prometido proceder a entrega dos homens armados para integração na PRM;

1.2. Audiência pelo PARTIDO FRELIMO em 2011

• Em 2011 a Renamo foi recebida em audiência pela Frelimo;

1.3. Audiência pelo Governo em 2012

• Em Outubro/2012 a Renamo solicitou audiência ao Governo para "debater questões ligadas ao regresso do seu presidente as matas de Gorongosa ". Foram realizadas 3 sessões de audiência no Hotel Indy Village;

• A Renamo apresentou 4 questões: (i) legislação eleitoral; (ii) FDS; (iii) despartidarização do Estado e (iv) questões económicas;

• No percurso a Renamo pretendia transformar a audiência em negociações e impunha que as sessões seguintes tivessem lugar a norte do Rio Save, na região centro;

• Em 24/12/12 deixou de comparecer às sessões.

1.4. Audiências pelos MDN e MINT em 2013

• A Renamo solicitou audiência aos Ministérios da Defesa Nacional e do Interior, apresentou 4 pontos: (i) Situação política do País; (ii) Estratégia do Governo em relação ao AGP; (iii) Processo eleitoral e (iv) Abertura do quartel general em Gorongosa.

II. O DECURSO DO DIÁLOGO - 2013

• Em Abril a Renamo escreveu a Sua Excelência Armando Emílio Guebuza Presidente da República, solicitando "negociação urgente" sobre os quatro pontos da agenda de diálogo;

Local de realização do diálogo

• A Renamo recusou-se à comparecer ao diálogo nas instalações do Hotel Indy Village, porque considerava que "o local não tem qualidade";

• Recusou-se também de comparecer nas instalações do Ministério da Agricultura por considerava que "o lugar não é neutro";

• As sessões de diálogo decorrem no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano.

2.1. Agenda de diálogo:

No início do diálogo foram estabelecidos 4 pontos da agenda:

- i. Legislação eleitoral;
- ii. Questões das Forças de Defesa e Segurança;
- iii. Despartidarização do Estado e
- iv. Questões económicas.

2.2. Questões Prévias:

Antes da abordagem da agenda, a Renamo apresentou 3 questões prévias:

1. Libertação dos 15 homens armados da Renamo detidos;
2. Retirada das FDS das proximidades da serra da Gorongosa;
3. Presença de facilitadores nacionais e observadores estrangeiros .

Da 1ª à 35ª Rondas: Legislação Eleitoral

No decurso do diálogo e face aos ataques armados da Renamo, o Governo apresentou 3 pontos prévios:

1. Fim dos ataques armados da Renamo, contra cidadãos indefesos, FDS, saques e destruição de bens públicos

e privados, sobretudo unidades sanitárias;

2. Desarmamento da Renamo;
3. Instou a Renamo a ocupar os seus assentos na CNE/STAE;
4. O Governo manifestou disponibilidade de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República em dialogar com o presidente da Renamo, em Maputo - Capital da República de Moçambique.

A Renamo exigia e condicionava o diálogo a:

- Acordo político que visava impor à Assembleia da República legislar sobre a "paridade" na CNE e no STAE, sendo que 50% a FRELIMO que querendo podia partilhar assentos com outros partidos com assento na Assembleia da República e Extra-parlamentares;
- Recalendarização das Eleições Autárquicas de 20/11/2013, as Gerais e das Assembleias Provinciais de 15/10/14;
- Presença de facilitadores nacionais e observadores estrangeiros;
- Retirada das FDS do Distrito de Gorongosa, para que o presidente da Renamo se desloque a Maputo ou que o diálogo de Alto Nível ocorra na Sede do Distrito de Gorongosa;
- Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República abdicou de compromissos Nacionais e internacionais, porque na altura se vislumbrava a possibilidade de realização do diálogo de Alto Nível, não tendo se realizado por falta de comparecimento do presidente da Renamo. Porém,
- O Governo tem reiterado a disponibilidade de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República em realizar o diálogo de alto nível em Maputo - Capital da República de Moçambique.
- Em Abril/13, a Renamo deixou de assinar as actas, em violação dos Termos de Referência do diálogo;
- Em Outubro/13 abandonou o diálogo, sem qualquer justificação e só regressou em Janeiro de 2014;
- Durante o período, o Governo compareceu semanalmente no Centro Internacional de Conferências Joaquim Alberto Chissano sem qualquer satisfação por parte da Renamo.

Consensos/cedências

Sobre a Legislação Eleitoral:

A Renamo havia apresentado na Assembleia da República uma proposta de legislação eleitoral adulterada, uma tentativa de fraude que foi neutralizada pela Bancada Parlamentar da FRELIMO.

Sobre a CNE:

- 17 membros: 10 indicados pelos partidos políticos, sendo: 5 Frelimo, 4 Renamo, 1 MDM e 7 sociedade civil.
- Permanência do Presidente da CNE;
- Nomeação de 2 vice-presidentes, sendo 1 Frelimo 1 pela Renamo, com réplica aos níveis provincial e distrital.

Sobre o STAE:

- 2 Directores-Gerais Adjuntos: 1 Frelimo e 1 Renamo e 6 Directores Nacionais Adjuntos: 3 Frelimo, 2 Renamo e 1 MDM e ainda 18 técnicos: 9 Frelimo, 8 Renamo e 1 MDM.

Sobre o Recenseamento Eleitoral:

- I. O Governo avaliando o decurso do registo eleitoral decidiu disponibilizar cerca de 1 mês para recensear mais eleitores:
 - Adiamento por 15 dias do início de recenseamento eleitoral
 - Prorrogação do prazo do seu término, por mais 10 dias .
- II. A Renamo impede o funcionamento de algumas brigadas de recenseamento eleitoral em Gorongosa;
- III. A Renamo queria que uma brigada fosse recensear o sr. Afonso Dlakama no seu esconderijo sem protecção da Polícia da República de Moçambique.

35ª a 61ª Rondas: Questões de Defesa e Segurança

A partir deste ponto e depois da adopção dos Termos de Referência, o Governo anuiu à presença de Observadores Nacionais no diálogo, designadamente:

1. Professor Doutor Lourenço do Rosário (Reitor da Universidade A Politécnica - ISPU);
2. Reverendíssimo Bispo Dom Dinis Sengulane (Ex - Bispo da Igreja Anglicana);
3. Professor Doutor Padre Filipe Couto (Ex- Reitor da UEM);
4. Chehe Saide Habibo – (Chehe da Mesquita da Polana); e
5. Reverendo Anastácio Chembeze (Pastor da Igreja Metodista).

O Governo apresentou 2 pontos prévios, exigindo:

- I. A cessação imediata dos ataques armados da Renamo contra cidadãos indefesos, FDS e destruição de bens públicos e privados;
- II. Desarmamento incondicional da Renamo;

A Renamo condicionou o seu desarmamento à:

- I. Nomeação do Chefe do Estado-Maior General das FADM, Comandante-Geral da PRM e dos Comandantes dos Ramos das FDS, membros da Renamo;
- II. Aceitação da paridade nas FDS, a todos os níveis;
- III. Retirada de todos os efectivos das FDS em Gorongosa;
- IV. Presença de observadores militares estrangeiros;

O Governo rejeitou as exigências da Renamo sobre a paridade e reorganização das FDS, por serem contrárias à Constituição da República de Moçambique e demais leis e anuiu à presença de observadores militares estrangeiros, com a missão de observar:

- I. A cessação dos ataques da Renamo;
 - II. Desarmamento da Renamo;
 - III. Integração dos homens armados da Renamo nas FDS, particularmente na FADM e na PRM;
 - IV. Reinserção social e económica dos homens da Renamo.
- Situação Actual:
- Neste momento, decorre a discussão dos Termos de Referência sobre a missão dos observadores militares estrangeiros. Porém:
 - A Renamo continua a exigir o comando das FDS; a reorganização e paridade nas FDS; não aceita desmilitarizar-se e condiciona a entrega das armas a uma instituição "credível e apartidária", sabendo que artefactos bélicos são da guarda das FDS's;

III. ACÇÕES DE SEGUIMENTO

- i. Massificar acções de esclarecimento e sensibilização para que os Moçambicanos compreendam a postura de Paz do Governo face à violência despropositada da Renamo;
- ii. Insistir na abordagem dos pontos sobre a cessação dos ataques da Renamo e a sua desmilitarização incondicional;
- iii. Promover acções de repúdio aos ataques da Renamo;
- iv. Incrementar o apelo para participação massiva dos eleitores no processo das eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 15 de Outubro de 2014.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- I. As propostas da Renamo são contrárias à Constituição da República de Moçambique, desprovidas de sentido de Estado e revelam falta de respeito às instituições legalmente estabelecidas. Por isso, são inaceitáveis;
- II. A Renamo socorre-se de chantagens e pronunciamentos intimidatórios para impor "paridade" nas FDS;
- III. O Governo continuará a privilegiar o diálogo;
- IV. As FDS continuarão a defender o povo e a defender-se si própria.

O GOVERNO É

PELA CONSOLIDAÇÃO DA

UNIDADE NACIONAL E DA INDEPENDÊNCIA;

PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA DE PAZ;

PELO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA,

POR UM ESTADO DE DIREITO FORTE

RUMO À VITÓRIA NA LUTA CONTRA A POBREZA

Ministério da Cultura preocupado com o financiamento às artes

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

Reunidos, há dias, em quarto Conselho Coordenador, quadros do Ministério da Cultura discutiram, entre várias questões, o financiamento às actividades artísticas e culturais no país.

Na sua intervenção, durante o encontro, o Ministro da Cultura, Armando Artur, explicou que o financiamento às actividades artísticas e culturais não é apenas da responsabilidade do Estado.

“Impõe-se que o financiamento às artes e cultura adquira novos contornos, chamando-se ao teatro de operações um novo actor: os bancos comerciais, na sua missão de disponibilizar crédito aos cidadãos para as suas diferentes necessidades, mediante a apresentação de garantias da parte dos peticionários”, explicou Armando Artur.

O Ministro apontou que a proceder-se deste modo, o Fundo para o Desenvolvimento Artístico-Cultural (FUNDAC) servirá de avalista dos projectos passíveis de apoio financeiro, depois de avaliados os procedimentos no sentido de responder à solicitação de crédito.

Cinema e audiovisual

O Conselho Coordenador do Ministério da Cultura elaborou a proposta da Política do Cinema para o desenvolvimento da indústria do cinema no país, já enviada à Assembleia da República.

Segundo Armando Artur, o instrumento, a ser aprovado, irá revolucionar e impulsionar o desenvolvimento da indústria cinematográfica em Moçambique.

Quanto ao sector do livro e disco, o dirigente referiu haver necessidade de

realização de feiras do livro nas províncias e nos distritos, bem com a criação de mecanismos de defesa dos direitos de autor e conexos, numa altura em que está concluída a revisão da Lei dos Direitos de Autor e respectivo regulamento, a ser submetidos ao Conselho de Ministros.

“E, a nível das nossas bibliotecas, localizadas um pouco por todo o país, assistimos, hoje, a um crescente número de utentes, constituídos maioritariamente por estudantes que procuram estes centros de leitura para elevar os seus níveis de conhecimento e de cultura geral”, apontou o governante, acrescentando que o governo prepara-se, neste momento, para levar a cabo um Plano Nacional de Leitura, que estará elaborado não só na língua portuguesa mas também nas línguas nacionais.

Preservação do património cultural tangível

Neste âmbito, o sector da cultura desenvolveu actividades de reabilitação do património histórico e cultural, bem como de conservação e gestão de património, com destaque para as Ilhas de Moçambique, em Nampula, e do Ibo, na província de Cabo de Delgado.

O sector ergueu monumentos em memória dos heróis da luta de libertação nacional, bem como a atribuição de títulos honoríficos a cidadãos que se destacaram em vários campos de conhecimento e de actividade.



Ministro da Cultura, Armando Artur

Desafios

O Ministro da Cultura apontou, entretanto, como desafios do sector a participação de Moçambique na Expo-Universal de Milano 2015, na Itália, que constituiria uma oportunidade para a internacionalização das artes nacionais, que constitui uma das metas do Ministério que dirige e do governo moçambicano.

Neste momento, decorre em Veneza, também na Itália, a Bienal de Arquitectura-2014, onde Moçambique participa pela primeira vez, num dos maiores centros mundiais de difusão das artes e culturas.

“A participação de Moçambique nestes e noutros palcos internacionais visa, essencialmente, difundir a imagem positiva do país e das suas potencialidades e incrementar a troca de experiências com outros povos e países nos campos social, económico e cultural”, afirmou o Ministro, destacando que cooperação e o intercâmbio culturais desempenham um papel importante, sendo a assinatura de memorandos de entendimento e acordos uma das formas de aproximação de diversos actores.



ARTIGO 63 (Sinalização de perigo)

1. Quando o veículo transite nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior ou represente um perigo especial para os outros utentes da via devem ser utilizadas as luzes de perigo.
2. Os condutores devem também utilizar as luzes referidas no número anterior em caso de súbita redução da velocidade provocada por obstáculo imprevisto ou por condições meteorológicas ou ambientais especiais.
3. Os condutores devem, ainda, usar as luzes referidas no n.º 1, desde que estas se encontrem em condições de funcionamento:
 - a) Em caso de imobilização forçada do veículo por acidente ou avaria, sempre que o mesmo represente um perigo para os demais utentes da via;
 - b) Quando o veículo esteja a ser rebocado.
4. Nos casos previstos no número anterior, devem ser usadas luzes de presença, se não for possível a utilização das luzes de perigo.
5. A contravenção do disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 é punida com a multa de 750,00 Mt.

SECÇÃO IX

Trânsito de veículos que efectuem transportes especiais e de veículos em serviço de urgência

ARTIGO 64

(Trânsito de veículos que efectuem transportes especiais)

1. O trânsito, paragem e estacionamento nas vias públicas de veículos que transportem cargas que pela sua natureza, dimensão ou outras características o justifiquem pode ser condicionado por regulamento.
2. Os veículos que efectuem o transporte de materiais pulverulentos e inertes, devem transitar por forma a evitar que estas se espalhem pelo ar ou no solo, para o que serão cobertos com oleados ou lonas de dimensões adequadas.
3. A contravenção do disposto no n.º 2 é punida com a multa de 2.000,00 Mt.

ARTIGO 65

(Trânsito de veículos em serviço de urgência)

1. Os condutores de veículos que transitem em missão urgente de socorro ou de polícia, assinalando adequadamente a sua marcha, podem, quando a sua missão o exigir, deixar de observar as regras e os sinais de trânsito, mas devem respeitar as ordens dos agentes reguladores do trânsito.
2. Os referidos condutores não podem, porém, em circunstância alguma, pôr em perigo os demais utentes da via, sendo, designadamente, obrigados a suspender a sua marcha:
 - a) Perante o sinal luminoso vermelho de regulação do trânsito, embora

Maputo acolhe 3ª Conferência Bial dos Serviços Correccionais de África

A capital moçambicana, Maputo, acolhe, de 14 a 18 de Julho deste ano, a 3ª Conferência Bial dos Serviços Correccionais de África. Trata-se de um evento com o objectivo de promover a cooperação entre os Estados-membros, acelerar as transformações e harmonizar os sistemas correccionais e prisionais africanos através da adopção e promoção de estratégias comuns.

O encontro contará com a participação de 35 países-membros da Associação, Ministros, Directores dos Serviços Correccionais Africanos, Altos Dignitários do Governo, Representantes do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique, Representantes de Organizações Internacionais e Regionais.

Moçambique participa nas olimpíadas de Matemática da CPLP

Moçambique participa, de 13 a 18 de Julho corrente, na 4ª Edição da Olimpíada de Matemática da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a ter lugar em Luanda, capital angolana, onde será representado por quatro estudantes.

Trata-se de Élcio Vilanculos, da Escola Secundária de Mucoque, em Inhambane; Júlio Tembe, da Escola Secundária Josina Machel e Nikita, da cidade de Maputo; e Lázaro Mucasse, da Escola Secundária da Machava-Sede, na província de Maputo.

Os estudantes moçambicanos estarão na companhia do director Nacional de Ensino Secundário, Ivaldo Quincardete, director geral Adjunto do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ismael Nheze e do docente João Jeque..

AEMO realiza palestra sobre "Literatura & Filosofia"

A Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) realiza, quinta-feira, 10 de Julho corrente, em Maputo, uma palestra intitulada "Literatura & Filosofia", a ser proferida pelo Prof. Doutor Albino Chavale.

Trata-se da terceira palestra, de um ciclo de oito, que a AEMO propõe-se a organizar, ainda neste ano, onde irá juntar escritores, estudantes de literatura e de filosofia para uma reflexão sobre a relação entre as duas áreas do saber.

O ciclo de palestras foi lançado em Abril, na sede da AEMO, com a palestra inaugural que assinalou a passagem do Dia Mundial do Livro, com a dissertação do Prof. Doutor Severino Ngoenha.



possam prosseguir, depois de tomadas as devidas precauções, sem esperar que a sinalização mude;
b) Perante o sinal de paragem obrigatória em cruzamento ou entroncamento.

3. É proibida a utilização dos sinais que identificam a marcha de um veículo prioritário quando este não transite em missão urgente.

4. A contravenção do disposto nos números anteriores é punida com a multa de 1.000,00 Mt.

ARTIGO 66 **(Cedência de passagem a veículos em serviço de urgência)**

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 38, qualquer condutor deve ceder a passagem aos condutores dos veículos referidos no artigo anterior.

2. Sempre que as vias em que tais veículos circulem, de que vão sair ou em que vão entrar se encontrem congestionadas, devem os demais condutores encostar-se o mais possível à esquerda, ocupando, se necessário, a berma.

3. Exceptuam-se do disposto no número anterior as auto-estradas, nas quais os condutores devem deixar livre a berma e, ainda, nas vias públicas onde existam corredores de circulação.

4. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 1.000,00 Mt.

SECÇÃO X **Trânsito em certas vias ou troços**

ARTIGO 67 **(Trânsito nas passagens de nível)**

1. O condutor só pode iniciar o atravessamento de uma passagem de nível, ainda que a sinalização lho permita, depois de se certificar de que a intensidade do tráfego não o obriga a imobilizar o veículo sobre ela.

2. Sem prejuízo da obediência devida à sinalização existente e às instruções dos agentes ferroviários, o condutor não deve entrar na passagem de nível enquanto os meios de protecção estejam atravessados na via pública ou em movimento.

3. Se a passagem de nível não dispuser de protecção ou sinalização, o condutor só pode iniciar a travessia depois de se certificar de que se não aproxima qualquer veículo ferroviário.

4. Durante o atravessamento na passagem de nível, não se deve engrenar uma outra velocidade.

5. A contravenção do disposto nos números anteriores é punida com a multa de 750,00 Mt.

ARTIGO 68 **(Imobilização forçada do veículo ou animal)**

1. Em caso de imobilização forçada de veículo ou animal ou de queda da respectiva carga numa passagem de nível, o respectivo condutor deve promover a sua imediata remoção ou, não sendo esta possível, tomar as medidas necessárias para que os condutores dos veículos ferroviários que se aproximem possam aperceber-se da presença do obstáculo.

2. A contravenção do disposto no número anterior é punida com a multa de 750,00 Mt.

ARTIGO 69 **(Trânsito nos cruzamentos e entroncamentos)**

- 1.O condutor só pode iniciar a travessia de um cruzamento ou entroncamento, ainda que tenha prioridade ou que a sinalização lho permita, depois de se certificar de que a intensidade do tráfego não obriga a imobilizar aí o veículo.
- 2.O condutor que tenha ficado imobilizado em cruzamento ou entroncamento regulado por sinalização luminosa pode sair dele, mesmo que não autorizado a avançar, desde que não embarace o trânsito de outros utentes que circulem no sentido em que o trânsito está aberto.
- 3.Nos cruzamentos ou entroncamentos com maior densidade de trânsito, podem ser implantadas vias de acesso que permitam a conversão de veículos para a esquerda, devendo, o condutor que pretender entrar noutra via, regular a sua velocidade por forma a tomar a via de trânsito adjacente sem perigo ou embaraço para os veículos que nela transitem.
- 4.A contravenção do disposto nos n.ºs 1 e 3 será punida com a multa de 1.000,00 Mt.

ARTIGO 70 (Parques e zonas de estacionamento)

- 1.Nos locais da via pública especialmente destinados ao estacionamento, quando devidamente assinalados, os condutores não podem transitar ou atravessar as linhas de demarcação neles existentes para fins diversos do estacionamento.
- 2.A afectação exclusiva de parques e zonas de estacionamento a veículos de certa classe ou tipo e a limitação do tempo de estacionamento, bem como a fixação de uma taxa a cobrar através de agentes ou de meios mecânicos adequados, são feitas por regulamento.
- 3.A contravenção do disposto no n.º 1 é punida com a multa de 500,00 Mt.

ARTIGO 71 (Estacionamento proibido)

- 1.Nos parques e zonas de estacionamento é proibido estacionar:
 - a)Veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;
 - b)Veículos utilizados para transportes públicos, quando não alugados, salvam as excepções previstas em regulamentos locais;
 - c)Veículos de classes ou tipo diferentes daqueles a que o parque ou zona tenha sido exclusivamente afectado nos termos do artigo anterior;
 - d)Por tempo superior ao estabelecido ou sem o pagamento da taxa fixada nos termos do artigo anterior.
- 2.A contravenção do disposto no número anterior é punida com a multa de 750,00 Mt.

ARTIGO 72 (Auto-estradas)

1. Nas auto-estradas e respectivos acessos, quando devidamente sinalizados, é proibido o trânsito de peões, animais, veículos de tracção animal, velocípedes, ciclomotores, motociclos de cilindrada superior a 50 cm³, tractores agrícolas, bem como de veículos ou conjunto de veículos insusceptíveis de atingir em patamar a velocidade de 40 km/hora.
- 2.Nas auto-estradas e respectivos acessos, quando devidamente sinalizados, é proibido:
 - a)Circular sem as luzes regulamentares;
 - b)Parar ou estacionar, ainda que fora das faixas de rodagem, salvo nos locais especialmente destinados a esse fim;
 - c)Inverter o sentido de marcha;
 - d)Fazer marcha atrás;
 - e)Transpor os separadores de tráfego ou as aberturas neles existentes;
 - f)Ensino da condução.
- 3.A contravenção do disposto no n.º 1 e nas alíneas a) e b) do n.º 2 será punida com a multa de 750,00 Mt, salvo tratando-se de peão, caso em que a multa é de 100,00 Mt.
- 4.A contravenção do disposto nas alíneas c), d), e) e f) do n.º 2 é punida com a multa de 1.000,00 Mt.

(Continua na próxima edição)

Médicos chamados a contribuir para o bem-estar da população

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

Os médicos militares devem ter coragem e moral suficientes que lhe permitem resistir às pressões e instrumentalização às agendas contrárias ao desenvolvimento, facto que vai contribuir para o bem-estar da instituição, no contexto de bem servir ao cidadão.

Estas declarações foram feitas pelo Ministro da Defesa Nacional, Agostinho Mondlane, no decurso do seminário dos médicos militares, realizado recentemente em Maputo, capital moçambicana. Durante o encontro, o dirigente destacou que o médico militar deve saber viver com a adversidade, a exemplo de catástrofes, carência de meios, constrangimento de tempo, choque emocional causado pela tragédia humana, entre outras situações.

Agostinho Mondlane explicou que através do seu saber, os médicos militares devem criar sinergias que culminem com o bem-estar da instituição e da população, a quem se deve servir com profissionalismo e humanismo.

O governante reiterou perante a corporação que a condição do médico militar impõe-lhe deveres e atribui-lhe características ou qualidades particulares, como é o caso das virtudes da lealdade, disciplina, espírito de missão, sacrifício, disponibilidade total e permanente.

Ademais, Mondlane exortou a classe médica-militar e os técnicos de saúde para continuarem exemplares e dignos



Participantes do seminário

da condição militar, apelando também para que tenham sempre a consciência de que a vida humana é um bem supremo que deve ser cuidado e preservado, independentemente das divergências de interesse e posições profissionais.

“Por isso, esperamos que o nosso médico militar continue a respeitar a sua condição militar e garantindo os cuidados hospitalares necessários aos cidadãos, nos termos do seu juramento militar de exercer a arte de curar em qualquer condição adversa e sempre fiéis aos preceitos da ciência, da honestidade e da caridade”, sublinhou Mondlane.

O seminário debateu temas ligados ao risco de doenças cardiovasculares, tratamento de diabetes-millitus, entre

o u t r a s enfermidades, com vista a partilha de experiências que possam contribuir para o aumento do conhecimentos e solidez na relação paciente-médico, bem como para o melhoramento do desempenho dos médicos.

Por sua vez, a

directora nacional da Saúde Militar, Águeda Duarte, salientou que a medicina constitui uma das profissões mais significantes, sobretudo para aqueles que estão interessados na ciência e lidar com pacientes. “Esta profissão é mais uma responsabilidade do que um privilégio. É mais do que se pode dar à comunidade em relação ao que se pretende dela”- vincou a dirigente.

Para permitir que os serviços de saúde militar continuem uma referência, o Ministério da Defesa Nacional tem se esforçado em apetrechar as suas unidades sanitárias com equipamento, recursos financeiros e humanos. “É nossa intenção melhorar as condições indispensáveis à carreira do médico-militar, providenciando a multiplicidade de especialidades necessárias ao serviço da saúde militar, garantindo, desta feita, o acesso gradual a outros incentivos”- observou Mondlane.

Com a duração de dois dias, o evento surge da necessidade de incentivar, capacitar, treinar e melhorar a capacidade dos profissionais da saúde militar, de modo a viabilizar a prestação eficiente de serviços, assim como alcançar bases para a melhoria dos serviços de saúde no país.



Directora Nacional da Saúde Militar, Águeda Duarte

Trabalhar no distrito requinta-se cedo para os desafios da vida

- Diz Sílvia Estêvão Chaúque, directora dos SSMAS em Namaacha

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

“Trabalhar no distrito é uma oportunidade ímpar e agradável. Requinta-se cedo para os desafios profissionais e sociais. Desperta-se cedo ou “amadurece-se” em tempo recorde para a vida, tal como é a necessidade de água ou de oxigénio para a sobrevivência... É gerir recursos humanos, financeiros, enfim, é administrar a coisa pública, e isso não aprendi na Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); São desafios que nós jovens precisamos e devemos acarinhar – começava assim a conversa com Sílvia Avelino Estêvão Chaúque, directora dos Serviços de Saúde, Mulher e Acção Social (SSMAS), em Namaacha, província de Maputo, quando questionada pelo ‘Jornal Moçambique’ sobre os desafios de um jovem que trabalha no distrito e “o facto de ter a única ambulância avariada em consequência de um acidente, não significa assistir os doentes a morrerem. Há que encontrar meios para transferi-los para os hospitais de referência na região”.

Naquela manhã de quinta-feira, chuva intermitente caía em Namaacha e o hospital local estava abarrotado de pacientes de todas as idades padecendo, na sua maioria, de malária, cuja população do mosquito causador desta doença reproduz-se a grandes proporções devido à queda permanente de chuva, que forma charcos arredores do município, principalmente no verão. No soalho, Papelões estavam espalhados para protegê-lo da terra vermelha e lamacenta,



Directora dos SSMAS em Namaacha, Sílvia Chaúque

típica da região.

O hospital de Namaacha atende, por dia, mais de 300 doentes, alguns transferidos dos nove centros de saúde daquele distrito.

Para prevenir a malária, pneumonia e outras doenças, as autoridades sanitárias, em colaboração com os líderes comunitários realiza palestras, com enfoque para a limpeza nos bairros e uso da rede mosquiteira. Pretende-se, através destas acções, evitar mortes ou internamentos devido à malária e outras doenças. Neste contexto, mais de 70 por

cento dos 51 mil residentes de Namaacha recebeu redes mosquiteiras, disponibilizadas pela Organização Não-Governamental Visão Mundial, em colaboração com o Ministério da Saúde.

Por outro lado, apesar de não se ter avançado números, a nossa equipa de reportagem soube que jovens, crianças e adultos apresentam sintomas de HIV/Sida. Tratando-se de uma região fronteiriça, os cidadãos moçambicanos regressam ao solo pátrio para fazer o despiste, quando mostram sinais de melhoria retornam aos países vizinhos, interrompendo a medicação, criando, desta feita, resistência.

Outro problema preocupante apontado por Sílvia Chaúque tem a ver com a qualidade da água. O Município de Namaacha consome água da represa, sempre turva ou avermelhada, por isso deve ser fervida ou tratada com o purificador certeza.

Namaacha presta serviços de qualidade aos cidadãos e, para torná-los efectivos, os técnicos dos serviços de saúde deslocam-se às comunidades para fazer a supervisão.

Em relação à reclamação sobre os fármacos, a entrevistada assegurou ao ‘Jornal Moçambique, existirem medicamentos em stock suficiente para responder à demanda da região, “mas alguns medicamentos podem ser encontrados nas farmácias privadas”, observou.

O hospital de Namaacha tem camas e roupa hospitalar suficientes para todos os serviços de internamentos, maternidade, pediatria e medicina, entretanto, ressentem-se da falta de meios de trabalho, a exemplo de lavandaria e respectiva máquina de lavar a roupa, meios de transporte, bancos e alpendre para



Cont. na pág 16

Cont. da pág 15

doentes. A ambulância está avariada, em consequência de um acidente.

A médica queixa-se igualmente da falta de residências para os colaboradores, recorrendo-se, neste momento, ao arrendamento. "Podia-se usar esses fundos para resolver outros problemas pontuais, porque o arrendamento é caro", explicou a médica, acrescentando "que em 2013, o hospital foi fustigado por um vendaval, que afectou alguns gabinetes. Por causa dessa situação, o acervo institucional foi amontoado, conseqüentemente desorganizado, facto que complica a gestão, organização e guarda dos documentos, conforme recomenda o Sistema Nacional de Arquivos (SNAE).

O hospital de Namaacha será reabilitado dentro de dias, não só por causa dos prejuízos decorrentes desse fenómeno natural, mas porque pretende-se transformar a antiga cozinha num depósito distrital de fármacos. O hospital tem uma cozinha nova construída em 2011.

O sucesso na implementação das actividades do hospital de Namaacha reside na partilha de informação com outros serviços distritais. "Por isso, as nossas actividades realizadas nas comunidades dependem sobremaneira do apoio dos outros sectores", reporta a médica de Namaacha.

Silvia Chaúque, médica formada pela Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane, na capital do país, concluiu a formação em 2011; após estagiar nos Hospitais Central de Maputo e Rural de Chibuto, entretanto, foi afecta naquela região.

"É interessante trabalhar no distrito e sinto que cresci bastante. Trabalhar no distrito é oportunidade única e agradável. Requento-se cedo para os desafios profissionais e sociais, desperta-se cedo para a vida e respondemos a esse desafio como é a necessidade de água ou de oxigénio para a vida. Nas zonas rurais "amadurece-se" em tempo recorde", alerta a médica.

Não ter ambulância não é deixar pacientes morrerem

Em tempo recorde, a médica aprendeu a gerir recursos humanos, financeiros, doentes, enfim, capacitou-se a gerir a coisa pública e, são desafios que os jovens precisam para crescer profissionalmente. "Por exemplo, o facto de ter única ambulância e avariada, não significa ter que assistir os "meus" pacientes a perderem a vida. Há que encontrar meios para transferi-los para os hospitais de referência: José Macamo e Central de Maputo.

Silvia Chaúque sente-se realizada, todavia, ela gostaria que o hospital tivesse os serviços de cirurgia, banco de sangue, um bloco operatório equipado, laboratório para análises. Para fazer os raios luminosos invisíveis de natureza electromagnética, ou seja, "Raio X", ou transfusão de sangue e outras complicações ainda que de monta, é imperioso ir a Maputo. "É constrangedor, não dispor de todos os serviços. Acabamos transferindo os doentes só por questões de



dúvidas e são gastos que podiam ser reduzidos", lamenta a médica.

Namaacha tem uma enfermeira de formação superior "N1", habilitada a realizar cesarianas, gravidezes utópicas, mas como não existe bloco operatório, a médica sente-se limitada. "A actividade médica é como o jornalismo. Quanto mais se exerce, mais tarimba se ganha. Há jovens com vontade de enriquecer a sua experiência, mas as condições limitam-nos", deplorou a entrevistada.

Ainda assim, Silvia Chaúque incentiva os recém-graduados a assentirem a ideia de trabalhar no distrito, para solidificarem os seus conhecimentos. " Não é fácil sair da carteira e ser médica-chefe ou directora distrital dos Serviços de Saúde, Mulher e Acção Social. Esse é um sinal inequívoco de que Moçambique ainda está sedento de quadros e cria oportunidades para os

jovens. Mas é preciso ser exigente consigo mesmo, para atrair e solidificar a confiança conquistada, abraçando o desafio de coração e alma", confessa Chaúque.

Desde a infância que Silvia Avelino Estêvão Chaúque sonhou em ser médica. Após ter concluído a 12ª classe na Escola Secundária Francisco Manyanga, na capital do país, Maputo, candidatou-se para o curso de Medicina na UEM. É, por enquanto a única médica da família e, por isso, precisa de seguidores; Moçambique ainda precisa de profissionais de diferentes áreas da saúde.

Dados estatísticos do Ministério da Saúde (MISAU) indicam que um médico está para atender perto de 20 mil pacientes, ou seja, os cerca de 22 milhões de habitantes que o país tem, contam com cerca de 1.200 médicos, afectos nas unidades hospitalares moçambicanas, entre públicas e privadas. Daquele número de médicos, 250 são estrangeiros, maioritariamente cubanos.

Niassa regulariza situação de estrangeiros contratados

A Direcção Provincial do Trabalho, no Niassa, regularizou, recentemente, a tramitação de 126 processos de contratação de mão-de-obra estrangeira para diversas empresas e projectos de investimento.

Trata-se de indivíduos de diversas nacionalidades que solicitaram autorização para trabalhar legalmente no país, nos termos da legislação laboral em vigor, com destaque para 26 filipinas 24 sul-africanos, 21 indianos, 15 brasileiros, sete portugueses, seis chineses, cinco guineenses, paquistaneses três italianos, entre outros.

Dos referidos processos, 63 contratos foram no âmbito da Quota e 63 de Projectos de Investimento, correspondentes a 32 e 04 empresas, respectivamente, todos previstos na Lei do Trabalho.

Os sectores que mais trabalhadores estrangeiros contrataram foram os da Construção Civil, com 70 cidadãos, Comércio com 36, Mineração com oito, Agro-Indústria com cinco, Indústria Hoteleira e Prestação de Serviços com 3 cada, e o sector da Indústria contratou 1 estrangeiro.

A redução do número de trabalhadores estrangeiros contratados no Niassa, e um pouco por todo o país, explica-se, em parte, pela crescente disponibilidade de mão-de-obra nacional qualificada e outra com experiência, em resultado das acções de formação académica e profissional em diferentes níveis, levadas a cabo pelo governo e pelo sector privado, tendo em vista a busca conjunta de soluções para a problemática de escassez de técnicos formados para o mercado.

IX CONSELHO COORDENADOR DO MCT

Sector da Ciência e Tecnologia com desafio de reduzir a pobreza

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

A descoberta de recursos naturais, nomeadamente gás natural, carvão mineral e areias pesadas, coloca ao sector da ciência, tecnologia e inovação o desafio de empreender esforços para intensificar a formação de quadros na área de ciências exactas e tecnológicas de modo a contribuir para a redução da pobreza em Moçambique.

Este sector é chamado a criar soluções inovadoras para a exploração sustentável dos recursos naturais de que o país dispõe, através da capacitação constante dos recursos humanos.

No âmbito da formação e desenvolvimento de recursos humanos, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), disponibilizou, no último quinquénio, mais de 300 bolsas de estudo para os níveis de mestrado e doutoramento em áreas prioritárias no quadro da investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

No mesmo contexto e com o objectivo de despertar interesse pelas ciências básicas e tecnológicas, o MCT lançou um programa nacional de promoção das diversas áreas deste sector, ao abrigo do qual, capacitou mais de 14 mil alunos em todo o país.

Os dados em referência foram revelados, há dias, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Louis Pelembe, durante o IX Conselho Coordenador da instituição que dirige.

Durante três dias, o encontro dos quadros do MCT avaliou, na Barragem dos Pequenos Libombos, no distrito de Boane, província de Maputo, o grau de implementação do Programa Quinquenal do Governo no diz respeito a este sector e discutiu prioridades para os próximos cinco anos.

Na sua intervenção, Pelembe explicou que o lema "Ciência, Tecnologia e Inovação, Contribuindo para o Combate à Pobreza e Criação de Riqueza" estava em consonância com os objectivos do Programa Quinquenal do Governo, que consiste em promover, consolidar e dinamizar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, para a obtenção de produtos, serviços e processos novos ou melhorados que maximizem o valor dos recursos do país; estimular e massificar a cultura de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico como instrumento de luta contra a pobreza e promoção do desenvolvimento.

O Ministro da Ciência e Tecnologia defendeu, no seu discurso, que "o nosso maior ganho deve ser a identificação de soluções científicas e tecnológicas que se traduzam na melhoria da qualidade de vida da nossa população, isto é, devemos fazer da ciência, tecnologia e inovação a principal ferramenta de combate à pobreza".

Durante o último quinquénio, o sector da



Ministro da Ciência e Tecnologia, Louis Pelembe

Ciência e Tecnologia financiou mais de 200 projectos de investigação, inovação e transferência de tecnologias, através do Fundo Nacional de Investigação. Neste momento, o desafio é diversificar as fontes de financiamento e estabelecer mecanismos para assegurar o reembolso dos fundos dos projectos que se traduzem em ganhos financeiros aos beneficiários.

No âmbito da valorização da cultura de inovação no seio dos moçambicanos, o sector identificou 127 inovadores em diversos pontos do país, tendo o Instituto de Propriedade Industrial registado 72 inovações.

Em termos de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o MCT consolidou a expansão da Rede Electrónica do Governo (GovNeT) para 87 distritos, passando a estar ligados a 387 instituições, a níveis central, provincial e distrital.

Ainda no quadro das TIC, o sector estabeleceu igualmente, nos últimos cinco anos, 19 Centros Multimédia Comunitários (CMC) em igual número de distritos, totalizando 49 pontos de acesso a serviços tecnológicos no país.

A Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação, que privilegia a implantação de infra-estruturas, permitiu a criação do Parque de Ciência e Tecnologia, onde funciona o Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico e actualmente está em curso a construção do Centro de Dados do Governo, cujo término está previsto para Janeiro de 2015.

Agenda & Efemérides**PR****9-13 Julho**

Chefe do Estado visita a província de Sofala no âmbito da Presidência Aberta e Inclusiva;

MINED**7-11 de Julho**

Reunião geral de capacitação-2014 no âmbito do Programa Acelerado de Infra-estruturas Escolares;

13 a 18 de Julho

Moçambique participa na 4ª Edição de Olimpíadas de Matemática da CPLP a ter lugar em Luanda, Angola.

AEMO**10 de Julho**

Associação dos Escritores Moçambicanos realiza palestra intitulada "Literatura & Filosofia".

MIREM**15 de Julho**

Seminário de divulgação do 4º relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE)- Tete;

10 e 11 Julho

Capacitação de jornalistas sobre economia nos Pequenos Libombos;

MPD**11 de Julho**

Actividades ligadas ao Dia Mundial da População;

MIJUS**14 a 18 de Julho**

III Biental dos Serviços Correccionais de África.

Tete acolhe seminário de disseminação do quarto Relatório da ITIE

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

A província central de Tete acolhe, próxima terça-feira, 15 de Julho corrente, um seminário de divulgação do quarto relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE). Trata-se de um evento que tem o objectivo de publicar as receitas do governo e os pagamentos efectuados pelas empresas (impostos, taxas e outros) resultantes da exploração de recursos minerais.

Moçambique foi admitido à ITIE em Maio de 2009, depois de o Conselho de Ministros ter aprovado, na 11ª Sessão de 06 de Maio de 2008, um cronograma de actividades do governo, no âmbito da adesão do país àquela iniciativa, tendo se decidido que o Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) seria encarregue de dirigir o processo.

A adesão de Moçambique à ITIE constitui um passo positivo no que diz respeito à transparência e prestação de contas no sector extractivo, através da publicação integral e sistemática dos pagamentos realizados pelas empresas e das receitas públicas do petróleo, gás e mineração, com vista a consolidar a transparência e a boa governação, gerando um ambiente de confiança e favorável ao investimento.

Os novos padrões da ITIE visam garantir o processo de transparência e prestação de contas no sector, particularmente nos países ricos em recursos extrativos. Os relatórios devem apresentar informação sobre os contratos rubricados entre as empresas e o Estado, informação sobre os titulares e acionistas das empresas extractivas, distribuição das receitas, transferências entre governo e empresas estatais, receitas de transporte e gás, dentre outras informações.

O quarto relatório de reconciliação de



Oradores do seminário

pagamentos efectuados pela indústria extractiva, produzido no âmbito da ITIE, foi realizado entre nove de Dezembro de 2013 e seis de Março de 2014 pela empresa contratada (Intellica), e reflecte a reconciliação dos pagamentos das empresas das áreas mineira e petrolífera, referente ao ano de 2011.

Para elaboração do documento foram reconciliados os pagamentos declarados por 39 empresas das áreas mineira e de hidrocarbonetos, de um total de 41 seleccionadas e os reportados por quatro (4), instituições do Estado, designadamente, a Direcção Geral de

Impostos (DGI), o Instituto Nacional de Petróleos (INP), a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE). Desde que foi admitido à ITIE, em Maio de 2009, Moçambique produziu e publicou três relatórios de reconciliação com dados relativos aos exercícios económicos de 2008, 2009 e 2010.

O seminário é organizado em parceria com a Cooperação Alemã e contará com cerca de 80 convidados, entre membros do governo, representantes das empresas do sector mineiro e petrolífero, sociedade civil e parceiros de Cooperação.

INSS reúne-se com representantes de empresas em Gaza

A Delegação do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), na província de Gaza, reuniu-se há dias, com gestores de recursos humanos, contabilistas e guarda-livros de 64 contribuintes (empresas) do Sistema de Segurança Social, com o objectivo de capacitá-los em matéria de Gestão de Segurança Social, em matérias ligadas aos direitos dos trabalhadores e obrigações das entidades empregadoras, a origem da dívida, balanço das actividades do último semestre.

O INSS, naquela província, promove tem dialogado as empresas contribuintes para e reflectir sobre o seu funcionamento e respectiva gestão, em busca contribuições que permitam o melhoramento dos serviços prestados aos utentes. Trata-se de parceiros sociais, representados pelos Secretários Provinciais da OTM-CS, CONCILMO, CTA-CP e SINTHIOSE, funcionários do INSS e a

direcção provincial do Trabalho.

A reunião actualizou e capacitou os gestores de recursos humanos em matérias reagindo aos pontos apresentados, os contribuintes representados no encontro saudaram a iniciativa do INSS de promover reuniões do género e apresentaram preocupações relacionadas com a oscilação frequente do sistema, sobretudo nos últimos dias de pagamento de contribuições, bem como a necessidade de melhorar a articulação com os bancos, com destaque o Millennium BIM. Os parceiros sociais convidaram os participantes do encontro a efectuarem réplica das matérias assimiladas, tendo vincado igualmente a pertinência da realização de palestras conjuntas entre as instituições da Administração do Trabalho a nível da província, sobretudo o INSS, a Inspeção do Trabalho e Centro de Mediação e Arbitragem Laboral (CEMAL), de modo a permitir a partilha de informação e encontrar soluções das preocupações.

O Delegado Provincial do INSS, em Gaza,

José Maurício, apelou os presentes a visitarem o balcão de atendimento do INSS para o esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento do sistema, principalmente do SSISSMO, actualmente na segunda fase de consolidação do processo de implantação.

Por sua vez, a directora Provincial do Trabalho, em Gaza, disse ser satisfatório o facto de muitas empresas estarem a inscrever os seus trabalhadores no sistema, garantindo a sua subsistência nas situações de falta ou diminuição das capacidades para o trabalho. A directora chamou atenção sobre o facto de existirem trabalhadores registados no sistema, cujos empregadores se abstêm de prestar assistência social aos mesmos, nomeadamente nos casos em que a legislação do sistema não cobre. Graça Mula sublinhou a necessidade das empresas inscritas no INSS procederem à regularização das contribuições em dívida, de modo a salvaguardar os direitos dos trabalhadores e seus dependentes.

O MUNICÍPIO DE MANDLAKAZI

Um dos pontos de que Moçambique pode -se orgulhar é a província de Gaza, situada na região sul do país. Nesta província situa-se o município de Mandlakazi, objecto da “Nossa História” da presente edição.

O Município de Mandlakazi situa-se na sede do distrito do mesmo nome, na província de Gaza, como nos referimos anteriormente. A norte faz limites com os Postos Administrativos de Mazucane, a Leste com o Posto Administrativo de Nguzene e a Oeste com o Posto Administrativo de Malehice (terra-natal do Presidente Joaquim Alberto Chissano) do Distrito de Chibuto. A realidade é que os bairros ficam dentro do chamado Posto-Sede do distrito e sem limites.

Em 1908 a povoação de Mandlakazi era sede da 8ª. Circunscrição Civil dos Muchopes, designação porque era chamado o Distrito de Mandlakazi (Portaria nº421 do BO 40/1908). Foi elevada à categoria de Vila a 09 de Novembro de 1957 (Portaria nº12179) e teve o estatuto de Município aprovado em 12 de Março de 1960 (Decreto-Lei nº1961). Maniacazi não é uma expressão geográfica, mas uma designação aplicada a casa do chefe ou centro administrativo e significa Poder de Sangue em Xichangana; outra versão diz que significa mão poderosa, tradução à letra.

Como principais realizações, Mandlakazi conta com: a reabilitação das avenidas Ngungunhane e Eduardo Mondlane; abertura de pequenas vias de acesso (Eduardo Mondlane, Liberdade, Mascave e Cimento) e construção de salas de aula em alguns bairros; abertura de fontanários em quatro bairros do Município; abertura de valas de drenagem que facilitem o escoamento das águas pluviais nos bairros cimento, Eduardo Mondlane e Josina Machel; construção de uma feira para exposição de produtos agrícolas; plantio de plantas de sombra para a protecção de solos contra a erosão. Por outro lado, este município tem como desafios: o cadastro dos contribuintes; resolução de conflitos de terras; numeração de talhões na zona urbana; melhoramento das fontes para cobrança de receitas municipais; extensão da rede de abastecimento de água para os bairros periféricos; transitabilidade de estradas nos bairros periféricos.

Do ponto de vista sócio-ultural, a população pertence, na sua maioria, ao sub-grupo Macambane, do grupo Shangana, embora existam núcleos de população Chope na sua pureza.

Mandlakazi tem uma taxa de natalidade de 2,1 por cento; de mortalidade de 1,2 por cento; de crescimento natural e efectivo de 1,8 e 2,3 por cento respectivamente e uma população residente de 10.243 habitantes (segundo dados do Instituto Nacional de Estatística projectadas em 2008).

A actual Edil de Madlakazi é Maria Helena José Correia Langa, que ganhou com 92,77 por cento de votos, segundo resultados do sufrágio da Comissão Nacional de Eleições-2013.

Fonte: mae.gov.mz

Curiosidades

Gigante de Mandlakazi

Por este mundo já passaram figuras lendárias em vários domínios. Umas ligadas ao saber; outras à sua capacidade de invenções “tecnológicas”; outras ainda apenas pelas suas características físicas. De entre figuras como Brahim Takioullah (marroquino), Don Koehler, Vikas Uppal, Bernard Coyne, Sultan Kosen, Edouard Beupré e tantos outros, se descata também Gabriel Mondlane, ou simplesmente o gigante de Manjacazi, que foi um dos hjomens mais altos do planeta. Mondlane media nada mais nada menos que 2,45 metros de altura (e você só por ter 1,80 metros se considera muito algo??). Gabriel Mondlane veio a perder a vida em 1990.

O Gigante de Manjacaze foi notícia na imprensa moçambicana, que se tornou distinto justamente por ser gigante. Manuel da Silva Ramos, poeta e ficcionista português, com a obra “Viagem com um Branco no Bolso”, o romance, veio a marcar de forma documentada a vida de Gabriel Estêvão Mondlane. De acordo com fontes documentais, nesse romance Ramos analisa criticamente a exploração a que esteve sujeito o Gigante, explorado por empresários e promotores de espectáculos no período colonial.

Fonte: Jornal Diário de Moçambique (23-06-2011) citado por macuablogs.com